

# FMI poderá rever metas fixadas no acordo com o país

Bancos privados afirmam que apoio do Congresso às reformas é essencial para que instituição mude números acertados

Ivani Vassoler, Cláudia Schüffner,  
Aguinaldo Novo e Sueli Campo

WASHINGTON, RIO e SÃO PAULO. O presidente do Institute of International Finance (IIF), organização que representa os 200 maiores bancos privados do mundo, William Cline, afirmou ontem que é cedo para especular sobre o futuro do programa assinado no fim de 1998 entre o Governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo ele, tanto o acordo quanto a confiança dos investidores no Brasil podem sobreviver, com uma revisão das metas, se houver apoio interno às reformas econômicas que o Governo quer realizar.

Segundo Cline, a política doméstica é crucial agora e, na visão dele, o FMI não será flexível com o Brasil se avaliar que as dificuldades econômicas são na maior parte resultado de desentendimentos no Congresso.

— O FMI estará disposto a ajustar as metas do acordo se sentir que, mesmo com o respaldo dos políticos às reformas, a situação econômica permanece difícil devido à conjuntura desfavorável, fora do controle do Governo.

O FMI, lembrou o presidente do IIF, reviu os cálculos nos programas assinados com Coréia do Sul e Indonésia. Ao comentar a alteração na política cambial, Cline afirmou que é improvável o atual nível de desvalorização provocar uma disparada da inflação.

## Analistas temem novas desvalorizações do real

Entretanto, observou que existe certa incerteza sobre a estabilidade do real no futuro. A dúvida em parte se deve ao que houve no México em 1994, quando uma primeira desvalorização do peso culminou no colapso da moeda.

— Mas o Brasil tem chances melhores que tinha o México de se sustentar com uma pequena desvalorização — disse Cline, acrescentando que, ao contrário da situação mexicana naquela época, o Brasil conta com um bom volume de reservas, com o apoio do FMI e sem grande montante de dívidas de curto prazo.

Até o início da noite de ontem, o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, não comentou as mudanças no câmbio, mas um porta-voz da instituição destacou que a situação no Brasil está sendo observada atentamente.

O economista americano Albert Fishlow, consultor do Council of Foreign Relations em Nova York, disse que a situação brasileira preocupa. Segundo ele, o Brasil não tem problema cambial e sim fiscal, mas isso não está sendo compreendido pelos investidores. Orientador da tese de



MICHEL CAMDESSUS: FMI poderá não ser flexível se avaliar que a conjuntura política está ruim

doutorado do ministro Pedro Malan na Universidade de Berkeley, ele previu que o país pode fechar 99 com inflação entre 5% e 10% caso a desvalorização se mantenha na faixa atual, o que considera "perfeitamente suportável".

— O mais importante para se destacar agora é como será o resultado do déficit fiscal. Na realidade, ninguém deve esquecer que o verdadeiro problema do Brasil é fiscal. Falar em câmbio como salvação nesse momento não é racional — disse.

Para Fishlow, o único problema que o Brasil teria à frente seria o de uma desvalorização maior. Segundo ele, isso traria o aumento da inflação, o fim do Plano Real e a necessidade de começar um novo programa de estabilização.

Analistas, no entanto, acreditam que o Governo terá de rever

as metas acertadas com o FMI. Com a mexida no câmbio, dizem, o país encontrará dificuldades para cumprir sua parte no acordo. O FMI determinou metas para o déficit público, para a expansão da base monetária e para a dívida externa total. O ex-ministro Mailson da Nóbrega lembra que parte da dívida mobiliária federal está indexada ao dólar. Além disso, a perda de reservas ocorre mais rapidamente do que se supunha inicialmente. O presidente do BankBoston, Geraldo Carbone, disse que se trata de prática constante em países que procuraram o socorro do FMI.

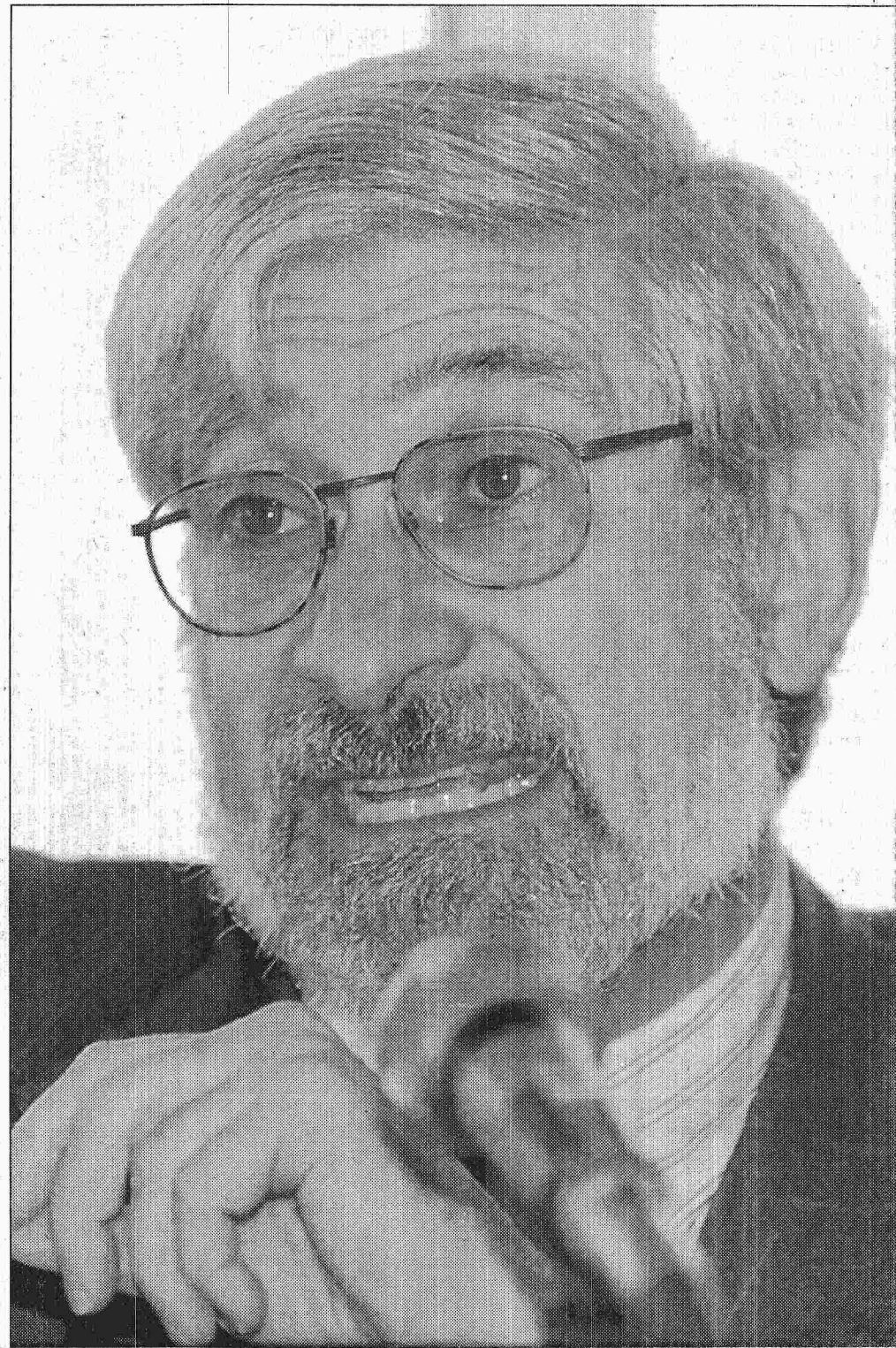
— Se o FMI for muito camarada, pode só rever os valores das metas — disse Mailson.

Para ambos, a desvalorização ocorreu em momento pouco adequado, em função das expectati-

vas negativas sobre a aprovação do ajuste fiscal e da perda de reservas na última semana. O mercado começa a avaliar as chances de o BC sustentar o teto de R\$ 1,32. As avaliações preliminares não são positivas. Numa conferência por telefone, o estrategista para mercados emergentes do Morgan Stanley Dean Witter, Jay Pelosky, foi direto nas suas preocupações. Disse em Brasília que a curto prazo a alteração provocará efeitos negativos e que o mais provável é o Governo ser forçado a estabelecer um sistema de câmbio livre, sem limites de bandas.

## Real acumula desvalorização de 32% desde junho de 1994

Para o presidente do Banco Fleming Graphus, Roberto do Valle, a incógnita agora são as reservas internacionais. Ele não vê como



ALBERT FISHLOW: a inflação ficará em no máximo 10% se a desvalorização não aumentar

sustentar a nova política enquanto o fluxo de capitais for negativo. As estimativas de saídas ontem variavam de US\$ 1,5 bilhão a US\$ 2 bilhões.

Mailson da Nóbrega ressaltou que a desvalorização de ontem não elimina a expectativa de novas desvalorizações. Ele lembrou que, de 1994 para cá, os países que desvalorizam suas moedas começaram com pequena variações ou mudaram a banda e terminaram com desvalorizações expressivas.

— Se o Governo não conquistar a confiança do mercado interno e externo, podemos enfrentar situação semelhante à vivida pelo México — afirmou ele.

A moeda brasileira acumula desvalorização de 32% desde julho de 94 (adoção do real). A conta é do economista Fernando Pin-

to Ferreira, da Placas do Paraná.

— A nova desvalorização traz o real ao seu patamar justo.

A maior preocupação continua sendo a aprovação do ajuste fiscal. O economista-chefe do ING, Mauro Scheneider, afirmou que o Congresso precisa mostrar-se comprometido com a estabilidade econômica. No início da semana, o banco recomendou a seus clientes trocar títulos da dívida externa brasileira por papéis do Governo mexicano. Carbone, do BankBoston, disse que os investidores estrangeiros esperam que a equipe econômica mantenha a decisão de não negociar metas mais flexíveis com os governadores insatisfeitos. ■

CLINTON ACREDITA NO ÊXITO DAS REFORMAS BRASILEIRAS na página 38